



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

25/02/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Governo extingue contribuição previdenciária sobre tíquete-alimentação

O governo federal decidiu excluir a cobrança da contribuição à Previdência que ainda incide sobre valores de auxílio-alimentação recebidos por trabalhadores na forma de tíquetes, cartões ou vales-alimentação. Com isso, os valores não entram na base de cálculo da contribuição previdenciária, reduzindo encargos trabalhistas dos empregadores. A decisão consta de parecer vinculante da Advocacia-Geral da União (AGU) aprovado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Na redes sociais, o presidente comentou a medida. "Aprovei hoje o parecer vinculante AGU/BBL 004, do advogado-geral Bruno Bianco, que conclui pela não incidência de contribuição previdenciária sobre o tíquete-alimentação", postou Bolsonaro. "Dessa forma, a União deixa de cobrar tais valores, seja judicial ou administrativamente, levando à extinção os processos em andamento no Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) e no Judiciário", acrescentou o presidente.

A não incidência de contribuição previdenciária sobre o valor do tíquete-alimentação já estava em vigor desde a aprovação da reforma trabalhista, em 2017. No entanto, havia controvérsia jurídica sobre essa validade no período anterior à reforma na legislação laboral.

O parecer defende que o auxílio-alimentação pago na forma de tíquete, como cartões magnéticos, se equipara ao pagamento do auxílio in natura, que é aquele oferecido pelo empregador por meio de cestas básicas ou refeições fornecidas no local de trabalho. Sobre o auxílio in natura já não incidiam tributos.

"O posicionamento deverá ser observado por todos os gestores do Poder Executivo Federal de agora em diante. O parecer colocará fim a qualquer controvérsia administrativa, inclusive no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), gerando segurança jurídica à questão", informou a AGU.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 25 de fevereiro.

## Brasil fechou 2021 com mais pessoas na informalidade e queda recorde na renda

O Brasil fechou o ano de 2021 com mais gente trabalhando, mas principalmente devido à informalidade. Com isso, a renda caiu (7%, na média) para o menor nível histórico, e assim menos R\$ 5,6 bilhões circularam na economia. Os dados, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, foram divulgados na manhã desta quinta-feira (24) pelo IBGE.

Na média anual, o país teve 13,888 milhões de desempregados, a maior estimativa da série histórica, iniciada em 2012. Esse número é 59% maior do que o registrado em 2015, último ano antes do impeachment. A taxa média de desemprego foi de 13,8%, em 2020, para 13,2%.

Já os ocupados somam 91,297 milhões, 5% a mais do que em 2010 e 0,9% menos do que em 2015. O nível de ocupação (percentual de ocupados na população em idade de trabalho) cresceu para 53,2%, mas o resultado do ano anterior (51,2%) era o menor da série histórica. O melhor momento foi entre 2013 e 2014 (58,1%).

Os indicadores da Pnad mostram que o emprego no Brasil avançou pouco entre 2012 e 2021: o número de ocupados cresceu 1,8% nesse período. Já o de desempregados subiu 93,6%.

A taxa de subutilização foi a 27,2%, abaixo apenas de 2020 (28,2%). A população subutilizada, pessoas que gostariam de trabalhar mais, foi estimada em 31,3 milhões, queda de 1,2% em relação ao ano anterior. Já os desalentados somaram 5,3 milhões, pouco menos do que o recorde de 2020 (5,5 milhões). O percentual de desalentados na força de trabalho caiu de 5,4% para 4,3%.

Segundo a Pnad Contínua, o número de empregados com carteira de trabalho assinada foi de 32,904 milhões, crescimento de 2,6% na média anual. Mas a média de empregados sem carteira (11,246 milhões) aumentou 11,1%. Foi o mesmo percentual de expansão dos trabalhadores por conta própria (24,902 milhões). O total de trabalhadores no serviço domésticos subiu 6,6%, para 5,2 milhões

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 25 de fevereiro.

## Guerra na Ucrânia agrava inflação e desaceleração econômica no Brasil

O conflito entre Rússia e Ucrânia agrava dois problemas que afetam a economia brasileira desde meados do ano passado: a inflação e a desaceleração da atividade.

Além disso, pode ter antecipado o movimento de desvalorização do real que era esperado para o segundo semestre deste ano pela proximidade do processo eleitoral.

Segundo economistas ouvidos pela Folha, mesmo que a guerra tenha curta duração, deixará marcas que serão sentidas por consumidores, investidores e trabalhadores, como a pressão adicional sobre os preços de alimentos e combustíveis e o adiamento nas decisões de investimento e contratação pelas empresas.

Nesta quinta-feira (24), a moeda americana subiu 2,01%, fechando a sessão a R\$ 5,1040. O salto ocorreu um dia depois da divisa americana ter atingido o seu menor valor frente ao real desde o final de junho (R\$ 5,0030).

A experiência histórica mostra que choques geopolíticos têm uma duração não muito longa, mas são muito intensos em um primeiro momento, afirma o economista Armando Castelar, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Isso provoca movimentos de corrida para ativos mais seguros e pode deixar algum impacto mais permanente na inflação e no crescimento.

"A aversão a risco é o impacto dominante a curto prazo. O dólar se valoriza contra outras moedas. O câmbio, que vinha caminhando em uma boa direção [no Brasil], virou", afirma.

Castelar diz que a incerteza em relação ao conflito tende a se reduzir, e a discussão determinante para a economia voltará a ser a questão da pandemia.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 25 de fevereiro.

## Prazo para declarar Imposto de Renda será mais curto neste ano

Os 34,1 milhões de contribuintes obrigados a declarar o Imposto de Renda neste ano terão um prazo menor do que o habitual para enviar a declaração à Receita Federal. A entrega do documento começará com atraso, às 8h de 7 de março. O prazo se encerra às 23h59 de 29 de abril.

A informação foi confirmada por Juliano Neves, subsecretário de gestão corporativa da Receita. Segundo ele, além das novidades no IR deste ano, que envolve a liberação da declaração pré-preenchida para 10 milhões de contribuintes, o movimento de auditores e analistas influenciou a definição do prazo em 2022.

"Nós estamos com um movimento reivindicatório dos auditores fiscais e analistas tributários desde a última semana do ano de 2021 e isso afetou realmente o nosso cronograma, por isso que não foi possível lançá-lo [o programa] no dia usual, 1º de março", disse, em entrevista na manhã desta quinta-feira (24).

Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) afirma que o atraso poderá atingir não apenas o início do prazo, mas pode resultar em adiamento na reta final.

"Desde o final de dezembro, quando a gente ficou sabendo do corte de 51% no orçamento da Receita, não abertura de concurso e não cumprimento de acordo fechado desde 2016, além dos recursos sendo destinados a outras categorias, começou um grande movimento", diz ele. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 25 de fevereiro.

## Dívida Pública Federal fecha janeiro em R\$ 5,616 trilhões, diz Tesouro

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) ficou praticamente estável em janeiro e fechou o mês em R\$ 5,616 trilhões (variação positiva de 0,05%). Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, 23, pelo Tesouro Nacional.

Em dezembro, o estoque estava em R\$ 5,613 trilhões. A correção de juros no estoque da DPF foi de R\$ 32,79 bilhões no mês passado, enquanto houve um resgate líquido de R\$ 30,22 bilhões.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) subiu 0,33% em janeiro e fechou o mês em R\$ 5,366 trilhões.

Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 5,77% maior no mês, somando R\$ 215,21 bilhões.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 25 de fevereiro.